

POR TODA A HUMANIDADE

João Carlos Matos Lopes

 Associação de
Professores de
FILOSOFIA

Ficha técnica

Por toda a humanidade

© João Carlos Matos Lopes, 2013

Trabalho realizado no âmbito da formação “ Da Necessidade de Retorno da Política ”

Edição Apf - Associação de Professores de Filosofia

POR TODA A HUMANIDADE

João Carlos Matos Lopes

Propósito — O critério do político: amigo-inimigo? — Como fabricar inimigos? — Quem é inimigo? — Um critério alternativo: a distinção "dominantes-dominados" — A questão da humanidade — A liberdade em lugar da opressão — O amor em lugar do ódio e da hostilidade — O poder da vontade de reconhecimento — Moral da história à guisa de conclusão

PROPÓSITO

Neste trabalho proponho-me discutir o critério do político enunciado por Carl Schmitt na distinção amigo-inimigo, análogo à distinção bom-mau, no domínio moral, belo-feio, no domínio estético ou útil-prejudicial (ou rentável-não rentável), no domínio económico. Proponho-me igualmente debater os termos em que Carl Schmitt coloca a questão da humanidade. Não tenho a pretensão de discutir o autor, do qual o pouco que conheço devo-o ao Professor Alexandre Franco de Sá, meu particular amigo, através da participação nalguns seminários, em que tive a honra e o prazer de aprender com ele. Limitar-me-ei a discutir essas duas ideias: o critério político e a abordagem da questão da humanidade.

O título deste ensaio não é inocente nem original, toma de empréstimo o título em português de um documentário que descreve a aventura que levou o homem da Terra à Lua a que assistir na televisão há muitos anos. Parece-me adequado e espero tornar evidente, no decurso deste trabalho a razão dessa escolha.

O critério do político: amigo-inimigo?

Carl Schmitt opta pela dicotomia "amigo-inimigo" como descritor capaz de clarificar as ações e os motivos especificamente políticos. A primeira vez que vi a realidade pintada com essas cores foi na instrução militar, onde todas as ações, movimentos e exercícios estavam constantemente focados numa figura omnipresente: o inimigo. Abraçar este critério serve antes de mais para fazer ou justificar a guerra¹. É certo que Schmitt procura blindar a distinção "amigo-inimigo" contra a crítica enunciando as suas virtudes de autonomia face às distinções morais, estéticas e económicas, ou outras. Com efeito, como afirma «o inimigo político não precisa ser moralmente mau, não precisa ser esteticamente feio; não tem que surgir como concorrente económico, podendo talvez até mostrar-se proveitoso fazer negócio com ele»². Todavia, não deixa de reconhecer, embora considere que tal não coloca em causa a autonomia de tais contraposições, que a nível da realidade psicológica «o inimigo facilmente vem a ser tratado como mau ou feio, pois cada uma das distinções, e na maioria das vezes, naturalmente, a política, enquanto a mais forte e intensiva, invoca em seu auxílio todas as demais que sejam utilizáveis»³.

Contudo, parece-me que esta dimensão psicológica e social (acrescento) não deve ser negligenciada, pois é aí que as ideias políticas devem ser colocadas à prova, confrontadas com os seus efeitos e consequências. É aí que ganham ou perdem o seu valor⁴.

¹ «Os sargentos e oficiais subalternos dominam frequentemente os seus homens com extrema rudeza, não só para manter disciplina, mas para estimular o ódio, com a intenção deliberada que esse ódio se redirija contra o inimigo na batalha.» — Desmond Morris, *O Zoo Humano*, Publicações Europa-América, Mem-Martins, 1992, pág. 65.

² Carl Schmitt, *O Conceito do Político*, Editora Vozes, Petrópolis, 1992, pág. 52.

³ *ibid.*

⁴ O princípio de falsificabilidade, enunciado por Karl Popper e que, segundo ele, é o único que confere cientificidade a qualquer teoria, embora seja um critério eminentemente epistemológico, é o único que dispomos (parece-me), no plano racional, para nos auxiliar na discriminação das melhores teorias. No plano político qualquer teoria pode ser avaliada pelas suas consequências positivas ou negativas no bem-estar dos seres humanos. É claro que nos movemos no plano moveção da subjetividade (ou da intersubjetividade), mas existem alguns lugares comuns que nos permitem avaliá-las. Se uma teoria política produz pobreza, opressão, guerra, morte, exclusão, ódio e hostilidade, não será com certeza uma teoria útil para a organização dos assuntos humanos.

Como fabricar inimigos?

O psicólogo Muzafer Sherif (1906-1988) organizou com a sua equipa de colaboradores uma experiência no campo da psicologia social elucidativa do modo como a distinção "amigo-inimigo" se pode formar e afetar as interações humanas. A experiência decorreu num campo de férias de verão no Parque Nacional de Oklahoma, nos Estados Unidos, e juntou um grupo de rapazes de 11 e 12 anos, saudáveis e equilibrados, que não se conheciam previamente. Dividiram-nos em dois grupos — Águias e Serpentes. Na primeira fase da experiência procurou criar-se em cada grupo um forte sentimento de coesão interna. Para isso, os jovens foram convidados a executar um conjunto de tarefas *cooperativas* como construir um trampolim, uma ponte de corda, cozinhar na floresta, obter água potável, entre outras. Conquistado um forte sentimento de grupo, seguiu-se a segunda fase da experiência, onde ambos os grupos foram colocados em competição através de jogos de futebol, puxar a corda e outros. Foram atribuídos prémios e troféus à equipa vencedora e prémios individuais a cada um dos seus elementos. Da competitividade resultou o incremento da rivalidade e da hostilidade entre os grupos, que se concretizou em comportamentos agressivos como roubos, agressões e insultos. No interior de cada grupo passou a sobreavaliar-se os resultados positivos e a subavaliar-se os resultados positivos do grupo adversário. A coesão interna de cada grupo aumentou e a liderança foi entregue aos rapazes mais agressivos, não sendo admitidas divergências no interior de cada grupo. Na terceira fase da experiência, abandonaram-se as atividades competitivas, sendo reintroduzidas atividades cooperativas como ver filmes em conjunto, preparar uma festa de anos para um visitante, etc.. Contudo, estas atividades em lugar de fomentar o espírito de cooperação acabaram por aumentar o conflito e os estereótipos negativos. A situação só melhorou e começou a reverter quando a equipa de experimentadores introduziu aquilo a que chamaram objetivos superordenados, isto é, atividades essenciais à manutenção de ambos os grupos e que para se concretizarem exigiam a colaboração de ambos. Uma das atividades cooperativas consistiu em reparar um veículo avariado essencial para a distribuição de água ao acampamento. Com o decorrer desta e outras atividades

cooperativas a avaliação mútua alterou-se e a hostilidade desapareceu, dando lugar a novas amizades. No final das férias ambos os grupos deram lugar a um só⁵.

Dos vários ensinamentos que podemos extrair desta experiência, há um que realço. Ao aumento do confronto entre os grupos corresponde um aumento das coações internas de controlo do desvio em cada grupo. Acontece aquilo a que na teoria da informação e dos sistemas se designa por retroação negativa. Singelamente, diminuem as liberdades individuais. Diminui a liberdade de ação e de pensamento. Diminui a tolerância, quer do ponto de vista interno, quer do ponto de vista externo.

Quem é inimigo?

Se obedecermos à lógica discriminativa "amigo-inimigo", o inimigo é, nas palavras de Schmitt, «existencialmente algo outro e estrangeiro»⁶. Aqui chegados é difícil não encontrar neste critério do político uma espécie de aval para todo o tipo de barbárie: racismo, xenofobia, genocídio⁷. É também uma porta aberta para todo o tipo de loucura: paranoia, teorias da conspiração.

De um certo ponto de vista, a história parece dar razão a esta perspetiva beligerante. Julgamos saber pelos vestígios arqueológicos que pouco tempo decorrido sobre a sedentarização dos grupos humanos, com a invenção da agricultura e a domesticação dos animais, a história transformou-se num enorme campo de batalha, numa sucessão quase infinita de guerras e de barbárie, dificilmente contidas, até aos nossos dias. Apesar de tudo, contidas. É que há outra história.

⁵ Segui de perto a descrição que Manuela Matos Monteiro e Pedro Tavares Ferreira fazem em *Ser Humano – Psicologia B / 12.º ano*, Porto Editora, Porto, 2007, pp.191-192.

⁶ Carl Schmitt, *O Conceito do Político*, Editora Vozes, Petrópolis, 1992, pág. 52.

⁷ O biólogo e geneticista André Langaney refere que «o medo do outro, do diferente, é uma atitude frequente em todo o mundo animal. A sua vantagem seletiva numa espécie ameaçada por predadores parece evidente. Mas no homem, um tal comportamento apenas pode subsistir se for alimentado ou reforçado pela educação e pela aprendizagem» (*Os Homens*, Gradiva, Lisboa, 1994, pp. 246-247).

Um critério alternativo: a distinção "dominantes-dominados"

Há uma outra história: a da luta pela paz, pela liberdade, pela igualdade e pelos direitos humanos⁸. Isso faz-nos despertar para a enunciação de um outro critério mais abrangente, que faz com que a contraposição "amigo-inimigo", de Schmitt, surja como um caso particular. Trata-se da distinção entre *dominantes* e *dominados*. Sob este prisma, a história surge como o palco da luta pela emancipação progressiva de todas as vítimas de injustiça e de exploração. Uma luta pelo *reconhecimento* e não pela dominação. Pelo reconhecimento de (se) ser *humano*. A seta do tempo também mostra, com avanços e recuos, os resultados desta luta. Por exemplo, a abolição da escravatura, a emancipação das mulheres. Em ambos os casos trata-se de reconhecimento da *dignidade humana*⁹.

Ora, como mostrou Kant, a *dignidade* humana faz de cada ser humano um fim em si mesmo, um bem não transacionável porque não tem equivalente, nem sequer outro ser humano¹⁰. A contraposição *amigo-inimigo* não respeita este princípio e, num estado de guerra, não reconhece a humanidade no inimigo e, por exemplo, como corolário disso, admite a troca de prisioneiros, que nessa qualidade ficam destituídos de dignidade humana, por isso, são transacionáveis. A distinção amigo-inimigo tem esse efeito prejudicial e consegue-o através da anulação da distinção entre dominantes e dominados, desviando assim a energia da luta pelo reconhecimento para a vontade de

⁸ Edgar Morin refere que «não devemos ver apenas *Plemos* a atuar na história da humanidade, temos de ver também *Eros* em conflito com o conflito.» (*O Método-II*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1982, pág. 411).

⁹ Edgar Morin dirá sensivelmente o mesmo nas seguintes palavras: «Não devemos ver apenas *Polemos* a atuar na história da humanidade, temos de ver também *Eros* em conflito com o conflito. A história da humanidade, com as suas propagações e as suas destruições, também é atravessada e tecida pela história do amor que se procura, se perde, se transvia, se altera, se desnatura...» (*O Método II*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1982, pág. 411).

¹⁰ Kant enunciará isto de forma muito clara: «o homem não é uma coisa; não é portanto um objeto que possa ser utilizado simplesmente como um meio, mas pelo contrário deve ser considerado sempre em todas as suas ações como fim em si mesmo» (*Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Atlântida, Coimbra, 1960, pág. 68). Constitui um fim em si mesmo qualquer coisa que não «permite equivalente» (*ibid.*, pág. 76), que tem uma *dignidade* e, por isso, não tem um *preço*.

dominação¹¹. São os dominantes que declaram guerra, mas são os dominados que combatem.

Escrevi acima que a distinção entre amigo e inimigo constitui um caso particular da distinção entre dominantes e dominados. Acontece quando os dominados se identificam com os dominantes, uma alienação da vontade de reconhecimento em favor da vontade de dominação entre beligerantes. Isso é visível na experiência de Muzafer Sherif, onde à medida que a competitividade aumentava e a hostilidade crescia, os grupos não só aumentavam a sua coesão interna, limitando qualquer desvio, como escolhiam lideranças cada vez mais agressivas.

A questão da humanidade

A humanidade não é uma hipótese nem uma hipóstase. Não é uma hipótese no sentido de possibilidade, de ser uma coisa que possa ou não possa existir, ser ou vir a ser. É ser pleno. Está aí em cada um de nós: presente, passado, futuro¹². Não é uma hipóstase no sentido de ser uma pessoa que reúna em si todos os indivíduos da espécie humana¹³. Não é uma identidade territorial. Não é uma identidade social. Aliás, o engano está em considerá-la como tal, como algo exterior, que tenha de ser incorporado ou como um qualquer território que tenha de vir a ser ocupado ou conquistado. Quando Carl Schmitt escreve que a humanidade não pode fazer guerras pois não tem nenhum inimigo neste planeta¹⁴ ou Desmond Morris refere que só uma ameaça externa, de outro planeta, poderia originar a força coesiva necessária para o surgimento de uma única supertribo global e pacífica¹⁵, estão a laborar no mesmo modelo interpretativo. Mas, quando

¹¹ Cf. Nota 1.

¹² Talvez seja mais apropriado dizer-se como no subtítulo do livro de André Langaney (cf. Nota 7) passado, presente, *condicional*, porque, com efeito, o futuro, designadamente o da humanidade, *depende* do que formos capazes de fazer no tempo presente.

¹³ A humanidade não é uma pessoa natural nem uma pessoa artificial, para utilizar a distinção proposta por Carl Schmitt. Não porque lhe falte um inimigo ou uma ameaça externa, mas simplesmente, porque não admite distinção entre o todo e as partes.

¹⁴ Carl Schmitt, *O Conceito do Político*, Editora Vozes, Petrópolis, 1992, pág.81.

¹⁵ Desmond Morris, *O Zoo Humano*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1992, pág.34

muito, a humanidade precisa da exterioridade de um espelho¹⁶ para se revelar única, um pouco à semelhança do que acontece no estádio do espelho de que falava Lacan quando se referia aos primeiros estádios de desenvolvimento da criança¹⁷.

A era espacial ajudou nesse processo de revelação (fotográfica). Primeiro e importante momento: o *nascer* do crescente terrestre visto da superfície da Lua na missão *Apollo 11*. Segundo e importante momento: a primeira fotografia completa da Terra, obtida pela missão *Apollo 17*. Por último, nova fotografia da Terra, desta feita obtida dos confins do sistema solar pela sonda *Voyager 1* (a menos nítida e talvez, por isso, aquela que terá maior carga metafísica): um pequeno ponto de luz azul pálido. A forma como Carl Sagan descreve esse momento é muito elucidativa do sentimento que essa imagem transporta:

«Houve um momento em que as duas sondas espaciais *Voyager* tinham completadoos seus reconhecimentos dos sistemas de Júpiter, Saturno, Úrano e Neptuno. [...] Não havia no sistema solar outros planetas para visitar nestas missões. Era agora possível voltar as câmaras para o sol e, se o pior acontecesse e queimássemos as óticas, qual seria o problema? Não estava previsto fotografarmos mais nada. Eu queria, desde o encontro com Saturno, tirar uma fotografia da Terra da posição mais remota possível. [...]

Era claro que numa tal fotografia a Terra apareceria como um simples elemento de imagem, um pixel. Não conseguiríamos ver sequer os continentes. Não conseguiríamos ver sequer os continentes. Não conseguiríamos distinguir qualquer pormenor. De qualquer forma, continuava a pensar que tal fotografia seria útil, da mesma forma que a fotografia de toda a Terra obtida na missão *Apollo 17* se tornou uma espécie de ícone da nossa época — pois dizia algo de muito forte acerca de nós, incluindo o facto de que, dessa perspetiva, as fronteiras nacionais não se notavam. Aqui está: a Terra vista da *Voyager 1*, banhada momentaneamente por um raio de sol. Observem-na. Vista dos arrabaldes da parte planetária do sistema solar, a Terra é um ponto azul-pálido.

¹⁶ Embora esse espelho se pareça mais com um caleidoscópio, onde podemos identificar pelo menos três espelhos: a Terra vista do cosmos; a ameaça nuclear; a ameaça ambiental. Neste trabalho, interessa-me sobretudo o primeiro.

¹⁷ Jacques Lacan, *A Família*, 2.ª edição, Assírio e Alvim, Lisboa, 1981, pp. 43-45.

Somos nós. É o nosso lar. É onde estamos. Nela toda a gente de quem gostámos, toda a gente que conhecemos, toda a gente de quem já ouvimos falar, viveu os seus dias. O conjunto de todas as nossas alegrias e sofrimentos, milhões de ideologias bem enraizadas, religiões, doutrinas económicas, todos os caçadores e as presas, todos os heróis e os cobardes, todos os criadores e destruidores de civilizações, todos os reis e camponeses, todos os jovens casais apaixonados, todas as crianças esperançosas, todas as mães e pais, todos os inventores e exploradores, todos os reverenciados professores de moral, todos os políticos corruptos, todas as superestrelas, todos os líderes supremos, todos os santos e pecadores da história da nossa espécie, ali viveram.

A Terra é um palco muito pequeno numa gigantesca arena cósmica. Pensemos em todos os rios de sangue derramados por todos aqueles generais e imperadores, presidentes e primeiros-ministros e líderes de partidos políticos para que na glória e no triunfo pudessem tornar-se os senhores momentâneos da esquina de um ponto. Pensemos nas crueldades infindáveis infligidas pelos habitantes de uma parte do ponto aos dificilmente distinguíveis habitantes da outra parte do ponto. Como são frequentes os seus mal-entendidos. Como se mostram ansiosos por se matarem uns aos outros. Como fervem os seus ódios. As nossas posições, a nossa imaginária importância, a ilusão de que temos um lugar privilegiado no universo, parecem-me postas em causa por este ponto de luz pálida. O nosso planeta é um ponto solitário na gigantesca escuridão cósmica envolvente. Na nossa obscuridade, em toda esta vastidão, não há nenhum indício de que virá alguém para nos salvar de nós próprios.

Tem-se dito que a astronomia é uma experiência humilde e, acrescentaria, fortalecedora do carácter. Para mim, esta é uma das muitas demonstrações, feitas através da astronomia, da loucura dos preconceitos humanos. Para mim, esta imagem realça a nossa responsabilidade de lidarmos mais gentilmente uns com os outros e de preservarmos e acarinharmos o ponto azul-pálido, o único lar que alguma vez conhecemos.»¹⁸

A humanidade não existe fora de qualquer um de nós, nem é um conceito que nos reúna sob a capa de um nome. A humanidade é cada um de nós. Quando a missão *Apollo 11* realiza a primeira alunagem em 20 de Julho de 1969, Neil Armstrong, Edwin Aldrin e Michael Collins estão na Lua *por toda a humanidade* (o título que escolhi para

¹⁸ Cal Sagan, «A idade da exploração», AA VV, *O Universo de Carl Sagan*, Gradiva, 1998, pp. 210-211.

este trabalho por empréstimo do documentário com o mesmo nome) não porque de alguma forma sejam os seus representantes ou delegados, mas simplesmente porque são seres humanos: a humanidade nasce e esgota-se em cada ser humano. Onde estiver um ser humano está a humanidade. Podem ser muitos ou poucos, mas são sempre seres humanos. A humanidade tem uma realidade hologramática. Como num holograma, cada parte contém a informação do todo. Não há distinção entre todo e parte. O todo é igual à parte e a parte é igual ao todo.

A liberdade em lugar da opressão

Quem domina não sente a falta de liberdade, nem se dá conta do que ela possa ser. Dispõe dos meios e do poder para fazer quase tudo o que quiser, no limite dispõe do poder sobre a vida e a morte de cada um. Quando um soberano declara guerra a um outro Estado não coloca apenas em risco a vida daqueles que se propõe combater, mas põe igualmente em risco a vida daqueles que combatem por si. Ironicamente não dispõe de idêntico poder sobre si próprio. A ideia de liberdade só lhe ocorre quando vê perigar a sua dominação. Só quem é dominado se sente privado dela.

A luta pelo reconhecimento é a luta dos oprimidos pela liberdade, contra a dominação. A liberdade significa ausência de dominação e não necessariamente, como propõe Russell num pequeno ensaio que dedicou ao tema, «ausência de controlos externos sobre os atos dos indivíduos ou grupos»¹⁹. É que nenhuma organização física, biológica ou social subsiste sem imposições externas do todo sobre as partes constituintes, seja sob a forma de leis da física ou de regulamentos sociais²⁰. Mas Russell está certo quando considera que a única espécie de liberdade «indesejável é aquela que permite diminuir a liberdade de outrem, por exemplo, a liberdade de fazer escravos»²¹. A única liberdade indesejável é a do tirano e do opressor. A liberdade que se pretende alcançar é uma liberdade distributiva, que se regula pelo princípio incondicionado de

¹⁹ Bertrand Russell, *Realidade e Ficção*, Publicações Europa-América, Mem Martins, pág. 53.

²⁰ Edgar Morin refere que «toda a liberdade é serva, isto é, define-se através das condições de emergência de que depende» (*O Método – II*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1982, pág. 402)

²¹ Bertrand Russell, *ibid.*, pág. 53.

não permitir a redução da liberdade de outrem, condição que assegura a sua manutenção e alcance universal. Corresponde aproximadamente aquilo que Edgar Morin considera a resposta de esquerda à questão do aumento da complexidade social (que designa por hipercomplexidade) e que formula sob a forma de problema: «podemos esperar realizar uma sociedade que inverta ou pelo menos enfraqueça o princípio de dominação, de hierarquia, de poder, e que possa realizar conjuntamente as aspirações expressas ideológica e mitologicamente pelo liberalismo, pelo libertarismo, pelo socialismo, pelo comunismo?»²². A sua resposta vai no sentido afirmativo de unir «fraternitariamente a humanidade» através «duma fraternização ativa, renascente, aberta, capaz de impedir os inimpedíveis processos rivalitários de converterem-se em dominação/exploração/subjugação e capaz de substituir os dispositivos imunológicos implantados desde a infância contra o estranho por um sistema que inclua os outros numa identidade comum»²³.

O amor em lugar do ódio e da hostilidade

O amor é o antídoto da rivalidade, rivalidade esta que, como ficou patente na experiência de Muzafer Sherif conduz ao ódio, à hostilidade e instiga a agressão. O amor, parafraseando Morin²⁴, «liga o que é livre e pode, assim ligado, permanecer livre» e «une aquilo que deveria odiar-se para sempre»²⁵. Ora unir aquilo que deveria odiar-se para sempre corresponde ao mandamento do Evangelho “ama o teu inimigo”, que Francesco Alberoni e Salvatore Veca consideram «o ponto de partida da moral. A sua pré-condição elementar. A moral origina-se quando o outro deixa de ser o meu inimigo. Generaliza-se quando já não existem inimigos.»²⁶

²² Edgar Morin, *O Método – II*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1982, pág. 404.

²³ *Ibid.*, pág.410.

²⁴ *Ibid.*, pág. 411.

²⁵ O desaparecimento da hostilidade entre «Águias» e «Serpentes», após a introdução dos objetivos superordenados, na fase final da experiência de Muzafer Sherif, parece confirmar isso mesmo.

²⁶ Francesco Alberoni e Salvatore Veca, *O Altruísmo e a Moral*, Bertrand Editora, Lisboa, 1988, pág.125.

Mas para alcançar esse objetivo, como observa Edgar Morin, «o amor tem de se tornar inteligente»²⁷, tem de se tornar capaz de «detetar a ilusão e o erro»²⁸, de modo a evitar a cegueira e o delírio que o acompanha quando se degrada em resíduo egocêntrico (possessividade) ou quando se «fixa em deuses ou ideias»²⁹ (ilusão ideológica) e se transmuta «no seu antagonista (o ódio).»³⁰ Essa alquimia do erro humano cega-nos ao ponto de vermos o «triumfo da justiça e da fraternidade» onde triunfa a «astúcia da brutalidade e do terror»³¹. O nascimento desta cegueira dá-se com o aumento da hostilidade entre grupos, como mostrou Muzafer Sherif na experiência que relatámos acima. Nessa experiência, à medida que a hostilidade aumentava, cada grupo sobrevalorizava os seus êxitos e subvalorizava os seus fracassos, ao mesmo tempo que reduzia a margem de liberdade no seu interior, coalizando todas as energias dos seus membros num sentido único, orientando-as para o “inimigo” externo.

Detetar a ilusão e o erro remete-nos para a ciência como *maneira de pensar*, descrita por Carl Sagan, nos seguintes termos:

«A maneira de pensar científica é a um tempo imaginativa e disciplinada. Isto é fundamental para o seu êxito. A ciência convida-nos a aceitar os factos, mesmo quando estes não se conformam com as nossas ideias pré concebidas. Aconselha-nos a pôr hipóteses alternativas e a ver qual se adapta melhor aos factos. Incita-nos a um equilíbrio delicado entre a abertura a novas ideias, por muito heréticas que sejam, e o exame mais rigoroso e mais cético de tudo — ideias novas e sabedoria estabelecida.»³²

O entendimento da maneira de pensar científica é consonante com a teoria da falsificabilidade de Karl Popper que concebe o conhecimento científico como um saber conjectural que procede por eliminação do erro em busca da verdade. O pressuposto desta teoria está na falibilidade do conhecimento humano, que torna o conhecimento

²⁷ Edgar Morin, *O Método-II*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1982, pág. 412.

²⁸ *Ibid.*

²⁹ *Ibid.*

³⁰ *Ibid.*, pág. 411.

³¹ *Ibid.*, pág. 413.

³² Carl Sagan, *Um Mundo Infestado de Demónios*, Gradiva, Lisboa, 1998, pág. 42.

científico numa luta permanente contra o erro, na convicção, porém, que mesmo assim, nunca poderemos ter a certeza de não termos cometido nenhum erro³³.

Esta aliança do amor com a maneira de pensar científica permite romper com o círculo da certeza e declinar toda a possibilidade de adesão a um saber absoluto, tornando-se condição sine qua non qualquer diálogo que, no plano prática política, só poderá traduzir-se na não-violência, o único caminho que, segundo Stéphane Hessel, conduzirá «à conciliação das culturas diferentes»³⁴. Para Hessel, a não-violência é o meio mais eficaz para acabar com a violência. «É preciso compreender», dirá, «que a violência vira as costas à esperança. É preciso preferir a esperança, a esperança da não-violência. É o caminho que devemos aprender a seguir. Tanto do lado dos opressores como dos oprimidos, é preciso chegar a uma *negociação* para pôr termo à opressão; é isto que permitirá acabar com a violência terrorista. É por isso que não se deve deixar acumular demasiado ódio.»³⁵

O poder da vontade de reconhecimento

O poder pode ter muitos matizes e múltiplos rostos. Também pode ser invisível. Num livro que dedicou ao tema, Russell identifica várias formas de poder: poder clerical, poder régio, poder nu, poder revolucionário, poder económico, poder sobre a opinião. Dedicou um capítulo a cada um. Concebe o poder como uma forma de influenciar os indivíduos através do poder físico, de recompensas e punições, de propaganda. Do ponto de vista da vontade de domínio, o poder é muitas vezes concebido como *biopoder*, poder sobre a vida e a morte de outrem. Parafrazeando Michel Foucault, «do ponto de vista da vida e da morte, o súbdito é neutro e o direito de estar vivo ou eventualmente estar morto, depende simplesmente do soberano»³⁶. Este processo pressupõe a *neutralização* da ideia de humanidade como fim em si mesma, que Kant

³³ Karl Popper, *Em Busca de Um Mundo Melhor*, Editorial Fragmentos, Lisboa, 1989, pág. 18.

³⁴ Stéphane Hessel, *Indignai-vos*, Editora Objetiva, Lisboa, 2011, pág. 34.

³⁵ *Ibid.*, pág. 36.

³⁶ Michel Foucault, *É Preciso Defender a Sociedade*, Livros do Brasil, Lisboa, 2006, pág. 256.

advoga na sua *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*³⁷. Ora a vontade de reconhecimento que contrapõe à vontade de domínio consiste exatamente na reivindicação plena dessa ideia, que Kant considera «a condição suprema que limita a liberdade das ações de cada homem»³⁸. A expressão natural desta vontade desarmada é a *não-violência*. Stéphane Hessel é muito claro sobre a expressão desse poder quando refere a propósito da ocupação israelita da Cisjordânia:

«Reparei — e não fui o único — na reação do governo israelita ao ser confrontado com o facto de, todas as sextas-feiras, os cidadãos da vila de Bil'in, na Cisjordânia, se dirigirem, sem atirarem pedras, nem usarem a força, até ao muro contra o qual protestam. As autoridades israelitas classificaram esta marcha de “terrorismo não-violento”. Nada mal... é preciso ser-se israelita para classificar de terrorismo a não-violência. Acima de tudo, há que ficar embaraçado com a eficácia da não-violência, ao suscitar o apoio, a compreensão e a solidariedade de todos aqueles que, no mundo, se opõem à opressão.»³⁹

Moral da história à guisa de conclusão

Se a vontade de reconhecimento nos permite resistir à vontade de dominação, a questão seguinte passa por saber se a contraposição “dominantes-dominados” tem solução. Se se resolvesse essa contraposição seria possível alcançar um fim da história. Ora “os amanhãs que cantam” presentes em todas as grandes revoluções desencantaram, incapazes de abolir as estruturas de dominação, que, muitas vezes, acabaram por agravar, substituindo-as por outras. Haverá algum anátema na condição humana que nos reconduza sistematicamente a situações de hierarquia de poder comando? Talvez. Desmond Morris fala da necessidade que os grupos humanos sentem de *leis isolantes*, que têm uma função coesiva, apesar de serem arbitrárias e desprovidas

³⁷ Cf. Nota 10.

³⁸ Kant, *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Atlântida, Coimbra, 1960. Pág.70.

³⁹ Stéphane Hessel, *Indignai-vos*, Editora Objetiva, Lisboa, 2011, pág. 37.

de sentido⁴⁰. As revoluções tendem a sucumbir ao seu poder, repondo-as, mais tarde ou mais cedo, sob novas formas. A melhor ilustração que me ocorre desta situação foi feita por Hergé na aventura de *Tintin e os Pícaros*, que acompanha as peripécias de uma revolução perpetrada pelo General Alcazar, onde a chegada de Tintin a *Tapiocópolis* e a sua partida após a revolução são pautadas pela mesma situação de dominação e pobreza. Mudaram as fardas e os bigodes passaram a barbas.

DESCUBRA AS DIFERENÇAS



ANTES DA REVOLUÇÃO

DEPOIS DA REVOLUÇÃO

Morin refere que «a tragédia da história humana é que os seus momentos de graça são efémeros»⁴¹ e alerta:

«Temos de adquirir uma única certeza: não existe um estado ideal a alcançar e depois a conservar. Esta certeza simples é porém complexa, pois quebra irremediavelmente todas as certezas simples. Deve acabar para sempre o mito da solução final e do futuro radioso. Não há solução final da questão social, não há reconciliação definitiva do homem com a natureza e consigo próprio, não há futuro radioso que poria termo a todos os nossos males existenciais. Haverá sempre

⁴⁰ Essas leis isolantes «têm a função de aumentar a ilusão de que cada um pertence a uma tribo unificada», podendo «assumir muitas formas: os processos elaborados das cerimónias sociais — casamentos, enterros, comemorações, paradas, festivais, etc.; as complicações da etiqueta social, das boas maneiras e do protocolo; as complexidades do vestuário social, dos fardamentos, condecorações, ornamentos e ostentações». (Desmond Morris, *O Zoo Humano*, Publicações Europa-América, Mem Martins, pág. 28)

⁴¹ Edgar Morin, *O Método – II*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1982, pág. 404.

possibilidade de regressão, fracasso, ruína, desintegração; haverá sempre renascimento dos fermentos da desigualdade, da sujeição, da exploração.»⁴²

Não há fim da história. Resta-nos a esperança⁴³. Por agora não vejo melhor forma de concluir.

⁴² Ibid., pág. 417.

⁴³ «É a esperança que dá sentido à vida. E a esperança baseia-se na perspectiva de poder um dia transformar o mundo atual num mundo possível, julgado melhor» (François Jacob, *O Jogo dos Possíveis*, Gradiva, Lisboa, 1985).